



**Denise Pereira  
(Organizadora)**

# **A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2**

**Atena**  
Editora

**Ano 2019**

**Denise Pereira**  
(Organizadora)

# A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
---	--

T772	A transversalidade da prática do profissional de história 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 2)
------	---

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7247-283-8  
DOI 10.22533/at.ed.838192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.  
Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
LER PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NO ROMANCE O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL DE HELONEIDA STUDART	
<a href="#">Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
LER, ESCREVER E VOTAR: A REFORMA DO DIREITO ELEITORAL NO BRASIL IMPÉRIO (1860-1881)	
<a href="#">Kátia Sausen da Motta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
LITERATURA DE CORDEL: UMA POSSIBILIDADE PARA ENSINAR HISTÓRIA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
<a href="#">Luciana de Moraes Trombeta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
MEDIÇÃO EM FOCO: ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES	
<a href="#">Priscila Lopes d'Avila Borges</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
MÍDIA IMIGRANTE E OBITUÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS DE LAZER PRESENTES NO JORNAL UCRANIANO PRACIA	
<a href="#">Angélica Szeremeta</a>	
<a href="#">Alfredo Cesar Antunes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
"O DEFENSOR DOS DIREITOS DO POVO". CIDADANIA, DEMOCRACIA, LIBERALISMO E REPÚBLICA NO JORNAL "A LIBERDADE"	
<a href="#">Mariana Nunes de Carvalho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1755: ECONOMIA, TRABALHO E POLÍCIA NO REFORMISMO LUSO-BRASILEIRO	
<a href="#">Bianca Racca Musy</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>75</b>
ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
<a href="#">Rosimeire Gonçalves</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925048</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>83</b>
O ESPAÇO DO SAGRADO E O ESPAÇO DO TRABALHO NOS VITRAIS DA CATEDRAL DE CHARTRES (FRANÇA – SÉCULO XIII)	
Debora Santos Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>97</b>
O ESPECTADOR EMANCIPADO E O FIM PEDAGÓGICO DA ESTÉTICA/OBRA DE ARTE	
Michelle dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>107</b>
O MITO E A COMPOSIÇÃO VISUAL DOS ESPAÇOS	
Bruno Rodrigo Couto Lemos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>117</b>
O RENASCIMENTO CULTURAL MODERNO: ANÁLISES E REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “O RENASCIMENTO” (NICOLAU SEVCENKO, 1988) - NOSSAS HERANÇAS E A CORRUPÇÃO NO BRASIL DE HOJE	
José Antonio de Andrade	
José Carlos Correia Cardoso Júnior	
Rafael Magalhães Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>126</b>
O SETOR AUTOMOTIVO NO GOVERNO JK: POLÍTICAS E EMPRESAS	
Fernando Marcus Nascimento Vianini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>138</b>
O TEATRO COMO FESTA: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA TEATRAL DE GEORG FUCHS	
Beatriz Magno Alves de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>147</b>
O TOPÔNIMO PIRES DO RIO: A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA E O SURGIMENTO DE UMA CIDADE	
Cleber Cezar da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>156</b>
OS ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE MURIAÉ-MG	
Arthur da Costa Orlando	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>167</b>
POR UMA ARTE DO CULTIVO: AGRICULTURA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE ÍNDIOS E COLONOS NO PARÁ DAS DÉCADAS DE 1840-1880	
Francivaldo Alves Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250417</b>	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>179</b>
PROPRIEDADE, MOEDA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DA “NOVA ORDEM MUNDIAL” PRESENTES NA OBRA HISTÓRIA UNIVERSAL DE H. G. WELLS (1918-1920)	
<a href="#">Pedro Nogueira da Gama</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>195</b>
REDE CAIÇARA DE CULTURA	
<a href="#">Bruno Tavares Magalhães Macedo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>204</b>
SENSIBILIDADES DE GÊNERO: NARRATIVAS SOBRE A MORTE E OS MORTOS	
<a href="#">Cícero Joaquim dos Santos</a>	
<a href="#">Rafael Gonçalves de Araújo</a>	
<a href="#">Antônio Carlos Dias de Oliveira</a>	
<a href="#">Teófilo Silva Primo Correia</a>	
<a href="#">Zuleide Fernandes de Queiroz</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>211</b>
UM PROCESSO CRIMINAL NOS JORNAIS NEUTROS DO SÉCULO XIX: O ATENTADO CONTRA DOM PEDRO II	
<a href="#">George Vidipó</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>223</b>
UMA REGIÃO ESPORTIVA OS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	
<a href="#">Glauco José Costa Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250422</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>231</b>

## “O DEFENSOR DOS DIREITOS DO POVO”. CIDADANIA, DEMOCRACIA, LIBERALISMO E REPÚBLICA NO JORNAL “A LIBERDADE”

**Mariana Nunes de Carvalho**

### INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo principal analisar os sentidos que eram atribuídos às palavras cidadania, democracia, liberalismo e república veiculadas no periódico *A Liberdade: Jornal defensor dos direitos do povo*.

Este jornal circulou na corte no ano de 1879 e é uma das fontes por mim levantadas para serem analisadas ao longo do doutorado. A leitura e análise destas fontes permitirá compreender não somente o discurso político circulante na imprensa deste período, mas trazer ao debate historiográfico fontes de pesquisa praticamente inéditas, e este periódico é uma delas. Além do mais, este trabalho possibilitará a descoberta de novos atores políticos atuantes na imprensa da corte de um período crucial para a história do Brasil que é o da crise do segundo reinado.

Parte-se do pressuposto de que a fala contida nestes periódicos discute conceitos como democracia, liberalismo, cidadania e república, aí incluindo o debate sobre a participação política e relações de trabalho. A análise do discurso proferido neste jornal enfatizará as propostas políticas dos redatores

em substituição à monarquia e aprofundará a investigação dos sentidos que conceitos como liberalismo, democracia, república e cidadania ganharam nesse período. Acredita-se que estas expressões tiveram seu sentido ampliado no âmbito das manifestações políticas que marcaram estes anos, uma vez que a sociedade vinha sofrendo mudanças estruturais, oriundas da intensa atividade econômica do período, quando surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor, e o país ia em direção a uma modernização capitalista.

Também pretendo observar se o discurso veiculado neste periódico se voltava contra a figura do imperador. Parto do pressuposto de que sim, não apenas contra a figura do imperador, mas também contra o *status quo* imperial. Proponho-me, a partir da leitura e análise deste periódico, a estudar, analisar e recuperar, a linguagem que se falava no Brasil daquele tempo, refutando a ideia de que apenas a linguagem erudita do oitocentos nos chegou através dos impressos. Assim, ditados, expressões populares, até mesmo chulas, que eram elementos da linguagem popular do Brasil do final do século XIX foram conservados nas páginas desses jornais, nos proporcionando a possibilidade de identificar muitas permanências, falares que chegaram até

nossos dias, indo além do linguajar cientificista importado que impregnava o discurso na imprensa naquele período.

Longe de ser inovador, o debate sobre as ideias circulantes na década de 1870 foi detectado pelos próprios contemporâneos, que associaram a sua formação à divulgação das novas escolas europeias de pensamento.

Ângela Alonso afirma que a oratória inflamada era uma das características românticas que o movimento intelectual preservou. O estilo dos seus escritos se inspirou, em parte, no tom jacobino e na retórica clássica dos panfletos políticos do Primeiro Reinado e da Regência.

Todavia, ela afirma que a ruptura crítica não se transforma numa plataforma revolucionária. O movimento intelectual prefere a reforma à revolução, tanto quanto o *status quo*. Os projetos de todos os grupos – que ela divide em 5 e identifica como novos liberais, liberais republicanos, positivistas abolicionistas, federalistas positivistas gaúchos e federalistas científicos paulistas e apontam a heterogeneidade das origens sociais que integram – preconizam a mudança controlada das instituições, um novo elitismo fora criado a partir da política científica e as mudanças com respeito à modernização social e econômica e da universalização política quebram o critério de propriedade como base da comunidade política. Em compensação, uma *intelligentsia*, nova elite político-intelectual, foi construída para gerir as reformas. O elitismo surgiu, também, a partir do conceito de criação do próprio povo pelo Estado. Ela caracteriza o movimento como antipopular, sugerindo assim uma explicação para a acolhida da política positiva, mais bem aceita que as teses da revolução. O que se pretende em todas as obras é encontrar princípios de organização social que preservem a hierarquia social, a distinção entre elite e povo, após o regime escravista.

Para o doutorado, pretendo investigar os atores e produtores destes discursos. Porém, neste trabalho especificamente, não consegui investigar quem era o redator de tal periódico e sua trajetória. Além do tempo disponível não ser adequado, o Arquivo Nacional encontra-se fechado para pesquisa. Deter-me-ei aqui ao discurso redigido neste jornal contra o imperador e o império e os sentidos de tais palavras.

## REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLOGIA DE TRABALHO

Para a construção desta pesquisa, enfatiza-se, como objeto e fonte, o trabalho com periódico (o jornal). Parto do pressuposto da existência de uma dimensão política nas propostas estéticas construídas pelo redator, na medida em que, como produtores de bens simbólicos, eles estão sempre elaborando interpretações da realidade social que tem uma dimensão de diagnóstico e outra de prognóstico com significativo poder de comunicação social.<sup>1</sup> Outro fator para a utilização de tal fonte é considerar o jornal como fonte completa e complexa, uma vez que ali convergiam posições e opiniões

<sup>1</sup>BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

diversas e representativas. Também corresponde ao período de formação da grande imprensa nacional.

Neste caso, os bens simbólicos produzidos pelos intelectuais são os editoriais, exposto neste jornal, e responsáveis pela disseminação dos novos ideais políticos. Neste âmbito, os meios de expressão que marcavam disputas ideológicas – no caso do Rio de Janeiro do século XIX marcava disputa entre elites<sup>2</sup> – a imprensa passou a ser muito bem-vinda, pois captava as representações, penetrava no imaginário político e atingia a cultura política da sociedade.

José Murilo de Carvalho ainda afirma que os jornais, junto com outros impressos como livros, panfletos e conferências públicas utilizados pelos radicais e que circulavam na década de 1870 eram os mesmos meios de propaganda utilizados pelos partidos monárquicos<sup>3</sup>. Ele também afirma que foram relegadas a segundo plano na agenda republicana quase todas as propostas de reforma dos radicais que diziam respeito à garantia dos direitos civis, como a independência do judiciário e a eletividade da polícia. Porém, a partir da leitura deste periódico verificamos que já existia na imprensa demanda por estas reivindicações. Um outro aspecto levantado pelo autor e que é corroborado com a leitura da fonte em questão é quando ele afirma que para a República ser democrática precisava ser exercida pela soberania popular, o que é justamente o oposto da monarquia, que era governado por uma família, um chefe não eleito pelo povo, conseqüentemente, antidemocrático. No plano político, república e democracia tornavam-se a mesma coisa, república era vista como o único lugar da democracia. Além da democracia, outro ponto de referencia nos parâmetros republicanos era o federalismo, em que eles consideravam ser a solução para manter a unidade nacional. Juntavam-se, assim, república, democracia e federalismo. Era a tríade da propaganda republicana, deixando de lado questões como a abolição da escravidão e as questões agrárias. Contudo, por outro lado, surgiram novas discussões, fundamentada teoricamente pelo ideal de obras positivistas, evolucionistas e o biologicismo.

Para examinar o discurso político implícito nos jornais, utilizei o conceito de *linguagem*, explicitado por J.G.A. Pocock<sup>4</sup>. Ao lado de Quentin Skinner, Pocock é um importante membro da Escola de Cambridge e ambos contribuíram para a construção de novos paradigmas no campo da História das Ideias e do Pensamento político. Este movimento no campo da História Intelectual no qual os dois se destacam foi intitulado “giro linguístico”. Em linhas gerais e resumidamente, encara os problemas *relativos ao conhecimento e à construção da história* como problemas de *linguagem*. *A História Intelectual, campo historiográfico no qual esta corrente está inserida, se ancora na análise de discursos e ideias políticas e se propõe a analisar os textos*

---

2 CARVALHO, José Murilo. A Construção da Ordem. Teatro das Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

3 CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. Revista Varia hist.vol.27, no.45.Belo Horizonte: Jan./Jun,2011, não paginado.

4 POCOOCK, .J. G. A . Linguagens do Ideário Político. São Paulo: EDUSP, 2003

*relativos a determinados períodos históricos a partir de seu contexto.* Esta proposta de reconstituição dos contextos linguísticos e do estudo dos textos históricos enquanto “ações linguísticas” possibilitou toda uma nova gama de reflexões quanto à relação entre história e linguagem<sup>5</sup>

Para o autor, a linguagem é entendida como *contexto* e também permite compreender que o modo pelo qual determinado ato de enunciação é realizado está diretamente relacionado aos moldes do discurso institucionalizado. Segundo esse autor, a linguagem é composta de inúmeros artifícios retóricos, de afetos e de um vocabulário político específico que lhe confere uma identidade própria além da produção de um discurso peculiar. Um outro ponto relevante de seu trabalho diz respeito à criação e difusão de linguagens que, segundo o autor, condicionam-se à autoridade das elites intelectuais. Ele salienta que o historiador deve se preocupar em desvelar linguagens latentes nos textos que tem diante de si, tarefa esta que será posta em prática durante a análise do discurso proferido pelos intelectuais de então.

Pocock afirma que um mesmo texto pode conter várias linguagens e elas podem migrar. Diz ainda que faz parte da prática do historiador reconhecer estes diversos idiomas e aprender a lê-los por meio do reconhecimento de como eles se encontravam disponíveis na cultura da época estudada. Ele propõe que o historiador deve se familiarizar com os diversos idiomas do período que estuda. Ou seja, faz parte da profissão do historiador dominar várias linguagens, aprender a ler e reconhecer diversos idiomas do discurso político da forma pela qual se encontravam disponíveis na cultura e na época em que o historiador está estudando. Ele também afirma que cada contexto linguístico diz respeito a um contexto político, social ou histórico no qual a própria linguagem se situa e que ela apresenta uma dimensão histórica porque levou tempo para se formar e que caberá ao historiador procurar indícios de que as palavras estavam sendo utilizadas de novas maneiras, como resultados de novas experiências, e que estavam dando origem a novos problemas e possibilidades no discurso da linguagem. Esta afirmativa nos permite aferir o sentido das palavras a serem analisadas nesta publicação.

Um outro referencial teórico é Reinhart Koselleck e a sua *História dos Conceitos*. Segundo SOUZA (2006), a história dos conceitos propõe uma análise das mudanças ocorridas no conteúdo e a utilização dos conceitos para um entendimento mais profundo das transformações históricas de duração mais ampla. Para ele, a história dos conceitos não apenas contribui para a história social, como esta não pode ser praticada sem aquela. Para ele os conceitos não devem ser jamais tomados como um sistema textual autônomo, mas sempre relacionados a uma dada realidade social, um contexto, a serviço da compreensão histórica. Isso significa que todo contexto

---

5 MARRECA, Pedro Paiva. Contexto linguístico e discurso político: Um diálogo entre Q. Skinner e J. G. A. Pocock. In: BELCHIOR, Luna Halabi; PEREIRA, Luisa Rauter; DA MATA, Sérgio Ricardo (orgs) **Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia**: diálogos Brasil-Alema-  
nha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013

está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos / contextos. A palavra pode permanecer a mesma (a tradução do conceito), no entanto, o conteúdo por ela designado altera-se. Isto significa assumir sua variação temporal, por isso mesmo histórica, donde seu caráter único (*einmalig*) articulado ao momento de sua utilização. Koselleck também afirma que a história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) se explica também pelo esforço em compreender o fenômeno da modernidade em sua historicidade própria. O conceito é, ao mesmo tempo, produto e sujeito histórico e deve ser compreendido simultaneamente como fato e indicador, sendo possível perguntar sobre o campo de experiência histórica aberto por qualquer conceito e quais caminhos levaram a sua constituição e embate com outros discursos e linguagens políticas.

Portanto, democracia, cidadania, liberalismo e república são conceitos que atravessam diversos períodos históricos, mas que possuem sentidos distintos, de acordo com o contexto político que estão inseridos.

A análise do discurso será efetuada pela semântica e teoria do conteúdo das significações. Partirei do pressuposto de que o documento é sempre portador de um discurso e que este não pode ser considerado como algo transparente. Segundo Ronaldo Vainfas e Ciro Flamarion Cardoso<sup>6</sup> o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo pelo qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar. Especialmente no caso de pesquisas voltadas para o pensamento político, das mentalidades e da cultura, o conteúdo histórico que se pretende resgatar depende muito da forma do texto: o vocabulário, os enunciados, os tempos verbais etc, que configurarão a base de estudo deste trabalho. Buscarei, portanto, relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos, relacionando-os ao social. Ainda seguindo a metodologia proposta por Vainfas e Cardoso, identificarei as relações de oposição, de associações e identidades às palavras república, cidadania, democracia, abolição, escravidão e federalismo. Farei, também, uma relação de associação aos xingamentos e investigarei suas redes de oposição, associação e identidade, mesmo que tais vocábulos não sejam os mais frequentes, do ponto de vista estatístico, no discurso selecionado.

## O CONTEXTO DA DÉCADA DE 1870 E A HISTORIOGRAFIA DO PERÍODO

A década de 1870 foi marcada por grandes transformações políticas e econômicas. O país sentiu profundamente as consequências econômicas da Guerra do Paraguai, em virtude dos investimentos feitos ao longo desta. Além do mais, os militares saíram fortalecidos a partir deste evento. Em 1871, promulgou-se a Lei do Ventre Livre. Também conhecida como “Lei Rio Branco”, considerava livre todos os

<sup>6</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. In: **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campos, 2003

filhos de mulheres escravas nascidos a partir da data da lei. Ela representou um duro golpe ao império e sua estrutura, que se ancorava no sistema escravista. Com isso, a figura do governante entrava em franca decadência, aparecendo propostas de uma nova organização governamental para o país, especialmente a partir da publicação do *Manifesto Republicano de 1870*, na primeira edição do jornal do Partido Republicano intitulado *A República*, que circulou até 1874.

De acordo com Silmara Dencati Santa Rosa<sup>7</sup> vários setores da sociedade estavam descontentes com a política imperial, e buscavam outra forma de representação que atendesse aos seus anseios de maior participação na vida pública. Como exemplos ela cita a contribuição do exército, a ação do partido republicano, a questão dos escravos, já que, após a Abolição, a base social do governo imperial se desfez. Uma base, em sua grande maioria, composta por grandes proprietários rurais que, por sua vez, contavam com o trabalho intenso dos cativos para ostentar a fortuna e prestígio na sociedade. Apesar do trabalho escravo já vir sendo substituído por mão de obra dos imigrantes em algumas regiões, havia ainda muitos escravos nas áreas produtoras. Diante de tantas pressões – o descontentamento do exército, a ação do Partido Republicano atacando diretamente à monarquia, a abolição dos escravos, a pressão de alguns setores da sociedade querendo mais participação na política –, o governo imperial ficava na defensiva e um enorme abismo se criou entre o Império, o Exército e os grandes proprietários que compunham a elite política provincial.<sup>8</sup>

A respeito da historiografia desse período de transição, Viotti propõem algumas mudanças nas versões já consolidadas levando em conta questões como: Abolição, Questão Religiosa, o papel do Exército, a atuação do Partido Republicano e o Poder Moderador. Sobre a Abolição, ela afirma que não foi a causa da República. Considera-a como repercussões de mudanças que ocorreram na estrutura econômica e que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais, afirmando que a Abolição abalou a classe rural, que apoiava o imperador, precipitando assim, a sua queda. Já a respeito da questão religiosa, afirma que identificá-la como fator de desestruturação que levava a queda seria um exagero. Para tal seria necessário que a monarquia fosse inimiga da Igreja e que a mesma encontrasse total apoio na República. Em relação ao Partido Republicano, este não tinha um número grande de adeptos, mas por outro lado, teve papel importante ao lançar a campanha republicana e criar assim uma opinião pública favorável à República, que encontraram boas condições para se estruturar devido às crises da instituição monárquica. Sobre o papel do exército, ela afirma que este foi importante no golpe, decisivo no momento, mas que somente foi possível devido às “contradições profundas que abalavam o regime”. No que tange o

---

7 SANTA ROSA, Silmara Dencati. A Crise Imperial e a Perspectiva Republicana: alguns fatores que determinaram o fim do império. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, vol. 1, n. 1, jun. 2014.

8 *Ibidem*, sem página.

poder moderador, para Viotti, poucas vezes o Imperador impôs a sua vontade, sendo que quem controlava a política eram “as oligarquias que se faziam representar no Conselho de Estado, nas Assembleias Legislativas Provinciais, nas Câmaras dos Deputados, no Senado, nos ministérios, nos quadros do funcionalismo e das forças armadas”.

Para Renato Lemos<sup>9</sup> não existia nem partido político nem instituição que tivesse uma representação de âmbito nacional e pudesse mediar o diálogo entre os satisfeitos e os descontentes com a atuação política do Império, caindo, assim, no colo do exército a execução de tal papel.

De acordo com Maria Efigênia Resende<sup>10</sup> vários foram os fatores desagregadores que contribuíram para a queda da Monarquia, como as ações do Partido Republicano, a crise econômica imperial e a necessidade de inserção de novos atores políticos. Apesar de a ideologia militar ter sido um elemento catalisador na deposição do Imperador, existiam outros movimentos antimonárquicos da década anterior à implantação do regime republicano, que “envolve segmentos poderosos da sociedade – cafeicultores, ex-proprietários de escravos, abolicionistas, Igreja e militares positivistas, partidários de uma ditadura militar – além dos partidários da República” que auxiliaram na queda do regime.

O debate político surgiu entre os membros da geração de 1870, que queriam modificações no sistema que comandava o país. Questões como a reforma sociopolítica Colonial referente à atuação da monarquia e a escravidão eram assuntos que provocavam grandes debates e que ‘cindiou a elite política imperial’<sup>11</sup>. De acordo com Ângela Alonso, a “ala favorável à modernização da economia e do sistema político queria mudanças lentas e graduais, no sentido da abolição da escravidão, da laicização do Estado e da democratização das instituições políticas, de modo a garantir a representação das minorias”<sup>12</sup>. Esta ala era composta por membros moderados do Partido Conservador e a maior parte do Partido Liberal. Outra parte do partido Conservador, denominada de ‘emperrados’, achava que as reformas poderiam por em risco as instituições políticas e a hierarquia social.

Em meio às divergências de opiniões entre os partidos políticos, em 1870 “os liberais se insurgiram contra as prerrogativas do Poder Moderador, e a parte moderada do Partido Conservador enfrentou os emperrados, iniciando uma reforma modernizadora”. É evidente que esta ação ocasionou crise entre os dois partidos e a “parte dos liberais abandonou o sistema oligárquico e acenou com aliança para grupos

---

9 LEMOS, Renato. A justiça militar e a implantação da ordem republicana no Brasil. **Revista Topoi**, volume 13, n 24, jan –jun de 2012, p 60-72. Consultado em 02 de junho de 2013, p. 70.

10 RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira Republica e o liberalismo oligárquico. In: **O Brasil Republicano. O tempo de liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Volume 1, p. 104

11 ALONSO, Ângela. “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org). **O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 89.

12 Ibidem, p. 90.

marginalizados pelos partidos oficiais. E assim nasceu o Partido Republicano”<sup>13</sup>.

## OS ANOS 1878-1879

A década de 1870 foi marcada, no âmbito da atuação política, por uma sequência de gabinetes comandados pelo partido conservador e, conseqüentemente, uma baixa atividade política liberal. O recorte temporal delimitado para a pesquisa tem justamente o objetivo de analisar a atuação e ouvir as vozes, na imprensa, destes homens que acabaram por estar mais distantes do governo neste período. Entre 1870 e 1871 comandou o 25º gabinete o conservador José Antonio Pimenta Bueno, visconde e depois marquês de São Vicente. O 26º gabinete foi comandado por José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, que durou de 1871 até 1875. Entre 1875 e 1878 foi a vez de Luis Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias ou Caxias-Cotegipe, encabeçar o 27º gabinete ministerial.<sup>14</sup>

De acordo com Alceu Ravanello Ferraro<sup>15</sup> a sequência de gabinetes conservadores foi interrompida em 1878, quando o Imperador, não podendo mais conter as vozes em favor da eleição direta, chama um liberal, escolhido a dedo, para formar um governo com a missão exclusiva de introduzir a eleição direta no país. Chega-se, assim, ao gabinete liberal de 5 de janeiro de 1878, presidido pelo Visconde João Lins Vieira Casansão de Sinimbu (1878/80), depois seguido pelo gabinete de 28 de março de 1880, presidido pelo também liberal Conselheiro José Antônio Saraiva (1880/1882), de grande prestígio no partido. O Visconde de Sinimbu nasceu em Pernambuco em 20 de novembro de 1810, na fazenda Sinimbu, na região que se transformaria na província de Alagoas. Foi ministro em diversos gabinetes e presidente do Conselho de ministros, de 5 de janeiro de 1878 a 23 de março de 1880. Ainda de acordo com Ferraro<sup>16</sup>, sua escolha desagradou a alguns liberais que viam no gesto apenas uma opção pessoal do Imperador e não um verdadeiro repasse de poder ao partido opositor. Por ocasião da reforma eleitoral, sua decisão de apresentar projeto excluindo o voto dos analfabetos causou divisão no partido, acarretando na ida de vários liberais para a oposição. Com isso, seu gabinete ficou enfraquecido e acabou demitido para que outro liberal - Saraiva - presidisse o ministério.

Os debates sobre o projeto de reforma eleitoral do Ministério Sinimbu foram precedidos por intensas discussões provocadas pelo próprio teor da fala do trono na sessão de abertura da 17ª Legislatura, no Paço do Senado, em 15 de dezembro de 1878. Nessa sessão, o Imperador dirigira-se à Assembléia Geral em termos que

13 Ibidem, p 90.

14 FERRAZ, Sérgio Eduardo. O Império Revisitado. Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889). Tese de doutorado Ciência Política, USP, São Paulo, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Intel/Downloads/2012\_SergioEduardoFerraz.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

15 FERRARO, Alceu Ravanello. Brasil: liberalismo, café, escola e voto (1878-1881). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol. 26, n. 3, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-46982010000300011>. Acesso em: 01 ago. 2016

16 Ibidem, sem paginação.

suscitaram a ira de um grupo de liberais, que passaram a constituir a oposição liberal ao próprio governo liberal.

## A LIBERDADE

O periódico “A Liberdade. Jornal defensor dos direitos do povo” circulou no Rio de Janeiro no ano de 1879. Encontra-se hoje na seção de Obras Raras na Biblioteca Nacional. Existem apenas 3 edições disponíveis: a primeira, a segunda e a terceira, datadas respectivamente de 01, 04 e 08 de outubro de 1879.

Impresso pela Tipografia Cosmopolita, o escritório da redação localizava-se na Rua da Alfandega n. 343 sobrado. O jornal era distribuído duas vezes por semana, às quartas-feiras e sábados. Impresso com 4 páginas, seu formato era 48 x 32 cm, dividido em 3 colunas. Era vendido por dois preços distintos: um valor para a Corte e outro para as províncias, o que nos leva a crer que sua distribuição não se restringia apenas à cidade do Rio de Janeiro. Disponibilizava duas modalidades de assinatura: a anual, que custava 5\$000 na corte e 6\$000 nas demais províncias, enquanto a semestral custava 3\$000 na corte e 4\$000 nas demais províncias.

Este periódico possui 2 colunas que aparecem nas três edições: “A Liberdade” e “Gazetilha”. A coluna “A Pedido” aparece na primeira e segunda edições e não está presente na terceira, enquanto a coluna “Memoranda” aparece na segunda e na terceira edições.

Na primeira edição, logo no editorial inicial intitulado “A Liberdade”, que apresenta o jornal e diz ao que ele veio, menciona que este jornal já havia existido no ano de 1875, mais precisamente em 23 de outubro, mas sua duração foi efêmera. Além do mais, já neste parágrafo inicial se coloca como defensor dos direitos do povo e afirma que foi o primeiro órgão da imprensa que denunciou o monopólio da carne seca.

*A Liberdade apareceu a 23 de Outubro de 1875, e posto que tinha durado apenas o tempo dos meteoros e isto por circunstancias estranhas à vontade de seu Redactor não lhe accusa a consciência de ter jamais faltado aos deveres sacrossantos que se, impoz no programa que adoptou, não só para com seus collegas da Imprensa, como em referencia ao Povo, de cujos direitos se declarou mantenedor arcando por vezes contra a tyrannia dos Cezares e de seus instrumentos, contra o poder da theocracia, e sendo o órgão da Imprensa que primeiro elevou a voz contra o monopólio da carne secca...<sup>17</sup>*

Logo neste parágrafo inicial e também com base no próprio nome do periódico podemos verificar um discurso de orientação liberal. Ao se propor a denunciar o monopólio comercial podemos concluir que quem escrevia era favorável à liberdade de comércio, o que fica explícito mais adianta, na mesma coluna “A Liberdade”, com o subtítulo “Liberdade de Commercio”.

Nesta subcoluna o redator prossegue a sua denuncia contra o monopólio do comércio da carne e defende o liberalismo com o argumento de que o monopólio

---

<sup>17</sup> **A Liberdade**, Rio de Janeiro ano 1, vol.1 out 1879.

comercial prejudica a distribuição do alimento. De acordo com o artigo, os donos de açougue são também vendedores de gado e estes deveriam receber pesadas multas ou penas mais rígidas, pois provocam a “carestia” do alimento.

Continua o monopólio comercial, não há falta de gado para que haja tanta carestia desse necessário alimento, se o governo acabasse com os marchantes de gado que são açougueiros, ou que proibisse expressamente sob muitas rigorosas e outras penas, aos donos de açougue que direta ou indirectamente são marchantes de gado, igual proibição aos commissarios que se associão occultamente aos marchantes, não estaria o pobre prohibido de comprar a carne que se vende por um preço que só pode dela saborear os ricos do Paiz.<sup>18</sup>

Podemos aferir, na afirmativa apresentada acima, uma contradição dos redatores, pois em um primeiro momento defendem a liberdade de comércio, mas pedem a ação do Estado por meio de punições para aqueles que praticassem o monopólio comercial.

Além do próprio título do periódico e desta subcoluna mencionada acima, o periódico faz inúmeras referências à liberdade individual. A palavra liberalismo não aparece em nenhuma das três edições, porém a palavra “liberdade” é contabilizada 20 vezes (não foram computadas as que fazem referência à publicação). Já a palavra “livre” é mencionada 23 vezes nas três edições publicadas. Na primeira edição, na coluna “Res Non Vera” uma das vezes que a palavra “livre” aparece é acompanhando a palavra voto. Nesta coluna, que é o segundo editorial deste jornal, o redator reconhece que o país passou por avanços políticos significativos. Ele usa termos do linguajar cientificista, como “evolução” e “metamorphose” faz referência à troca ministerial, à falta de comprometimento dos dirigentes com o povo e com os próprios programas e faz críticas às eleições.

Depois do paiz ter passado por tantas evoluções politicas, se assim se pôde chamar a essas continuas e rápidas ascenções e quedas dos dous partidos, que se pavoneão com o titulo de constitucionaes; depois de tão amargas decepções para o Povo, cruel e ignobilmente sophismado, mistificado e traído por seus mandatários, que no poder não tratão senão de si e dos seus, porque sabem que o Povo pouco instruído em vez de reagir e assumir o governo, porque é o único soberano legitimo, se entibia, calla-se e assiste na mais degradante indiferença e atonia ao desmoronamento de um grande império ; depois de tantas lições de experiência dolorosa, que demonstrão à toda a luz que desorganizados como se achão os partidos militantes, sem programma, sem chefes prestimosos, sem apoio consciencioso e sincero da coroa, sem idéas definidas e sustentadas lealmente, não é possivel jamais que qualquer d'elles assumna perante a nação a responsabilidade seria de administrar os negócios públicos fazendo prosperar seu estado. Um partido sobe ao poder, dirigem-o os seus mais prestimosos chefes (esta ao menos é a presumpção) as urnas approvão sua escolha (só Deus sabe porque meios!) distribue-se programmas, promessas etc, passados poucos annos e ás vezes mezes, de uma luta inglória e mesquinha, que tem por fim jamais o interesse do'povo, mas sempre o interesse mesquinho—do poder—cae o ministério salva-vidas, por entre os apodos e maldicções publicas e o pobre continua sem instrucção; som garantias, exausto de impostos, não tendo as vezes nem água para beber, vendo seus filhos morrer à fome e á secca; exausto o thesouro, com esbanjamento e a commandita, desacreditado o commercio, exangue a lavoura, desmoralizadas as instituições, calcada aos pés à constituição, e elevando-se

---

18 Ibidem, p. 18

sorrateiro á sombra das saturnaes do voto livre, e das metamorfoses politicas, cada vez mais sobranceiro e altivo, por meio da usurpação\*de demais poderes, um parasita

que lhe suga a seiva, repartindo-a com mão profuga pelo sotaina negra, que lhe incensa o throno — e pelos fieis servos que adorão n'elle o bezerro de ouro!<sup>19</sup>

Na sequencia do editorial, o redator fará suas críticas ao poder imperial, mais especificamente ao absolutismo e ao poder moderador. Ele não é direto e se vale de metáforas, relacionando a existência de tal regime à ausência de liberdade do povo. Neste trecho, ao tratar da figura do Imperador e do poder que este exerce no sistema político de então, o autor se vale de adjetivos depreciativos como doido e diretor e gênio do mal, palavras que ainda hoje encontramos em nosso vocabulário e que são utilizadas para os mesmos fins.

Este poder que se conhece com o nome de pessoal, progride sempre e visa de perto a completa absorpção dos demais, isto é só absolutismo — que alguém definiu o governo de, muitas intelligencias por um só homem, ainda que seja doido ; e no entanto os ministérios caem arrastado por seus actos, e elle, o director, o gênio mau, o chefe sob cujas ordens e inspirações tudo se faz, continua sempre no mesmo posto, sem responsabilidade !!! Triste condição de um povo livre! Liberdade, virgem linda, augusta vista, quantos ídolos do barro não vivem e são adorados á tua sombra e protegidos pelo teu nome, sem que o ignórantismo de teus verdadeiros crentes, reclame ao menos contra os que profanão o teu divino manto ?!<sup>20</sup>

Dentro da perspectiva de construção e implantação de um país moderno, o redator se valerá da oposição entre velho e novo, antigo e moderno, de modo que para atingir a “moderna democracia” é necessário romper com programas e partidos antigos. Aqui também notamos que o conceito de democracia, nesse contexto do final da década de 1870, está muito próximo do conceito de liberdade.<sup>21</sup> As duas palavras possuem sentidos semelhantes e se aproximam. Soma-se a isso a perspectiva da possibilidade do voto popular, indo ao encontro da proposta do gabinete liberal de eleições diretas. A palavra democracia aparecerá ao longo das três edições apenas 4 vezes, mas nas duas vezes que aparece na primeira edição, está junto do adjetivo “moderna”.

É preciso que se ponha de parte os velhos, programas e rançosos partidos, que não mais podem, que se eleve das ruínas de ambos, um novo partido inspirado pelas idéas da Democracia moderna, passadas pelo cadinho de experiência e que, esquecendo seus velhos ódios mesquinhos e ridiculos, suas infantis desavenças, se reunão em um só corpo- pujante pela força da idéa, valente pelo voto popular, audaz pela consciência de seu direito e que hasteando a bandeira das liberdades publicas, intime a esse Poder hybridó á que se ponha á testa do movimento civilizador ou resigne a posição que indebitamente ocupa em um paiz de homens livres, que desejão a prosperidade de sua Pátria. Nada mais de mistificações e sophismas. Pelo povo, ou tudo ou nada.<sup>22</sup>

19 Ibidem, p. 1.

20 Ibidem, p. 1.

21 BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2010, vol.2, p. 688.

A segunda edição deste periódico, datada de 4 de outubro de 1879 possui algumas diferenças estruturais com relação à primeira edição. Uma destas diferenças é que as colunas passam a ser assinadas por pseudônimos. Um destes pseudônimos chama-se Proudhon Filho, em clara referência ao filósofo revolucionário francês.

No editorial de abertura “A Liberdade”, cujo subtítulo nesta edição é “A Situação”, a palavra “república” aparecerá pela primeira vez no periódico. Na terceira edição a palavra aparecerá mais uma vez, totalizando duas citações, assim como a palavra “republicanos”. Ao mencioná-la o redator fará menção ao movimento republicano já existente no país e aproximará o conceito de república do conceito de democracia. José Murilo de Carvalho<sup>23</sup> afirma que o Manifesto republicano de 1870 já não fazia distinção entre estas duas palavras e que a república era a forma de governo apropriada ao exercício da soberania popular, entendida como fenômeno exclusivamente político. Sendo, então, democracia e república uma mesma coisa, um país que se autogovernasse e elege-se todos os seus governantes.

O Povo de hoje não é mais o de hontem, cada dia passado é um passo dado em sua illustração., a republica já não;é mais uma utopia, os, caracteres mais timidos e pusilânimes a affaga já como uma risonha esperança, outros a considerão como a única idéa que personifica o governo do povo pelo povo, descrente de outras idéas que já constituirão- lhe uma religião.<sup>24</sup>

Ainda neste editorial faz referência ao partido liberal e sua ascensão ao poder, criticando a atuação do partido usando adjetivos como “mesquinho”, e longe de representar o programa liberal que, segundo o autor do editorial, são “ideias generosas, sublimes, e grandiosas”. Neste mesmo parágrafo assumem que não são revolucionários, mas prosseguem elencando uma série de medidas e propostas que são mais que reformistas, além de apresentarem um repertório de palavras ligadas a movimentos revolucionários, como “proletário”

Mas os pobres, os filhos dos proletários, os miseráveis que nem roupa tem, aos quaes o governo deve vestir e dar livros, o que farão sahindo da escola ?<sup>25</sup>

Na subseção intitulada “Os ingênuos” o redator apresenta consequências da lei do ventre livre para os meninos que eram livres por conta da lei. Na sequência o redator apresenta algumas “vantagens” que se pode conseguir a partir da lei, apresentando propostas de qualificação destes meninos, contribuindo que estes se tornem cidadãos. Assim, este periódico colabora para o debate sobre as relações de trabalho.

Parece mesmo que não se enxerga ou quer enxergar um dos fins que teve em vista a lei da emancipação do ventre, porque não se tratou ainda de dar uma providencia qualquer, que mostre que se os não esqueceu. No entanto que uma das mais interessantes vantagens que o paiz pode auferir da lei, não é a libertação do ventre mas sim o aproveitamento de milhares de creanças, tio estado de receberem uma

22 **A Liberdade**, Rio de Janeiro ano 1, vol.1 out 1879.

23 CARVALHO, José Murilo de. **República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891**. Revista Varia hist. vol.27, no.45. Belo Horizonte: Jan./Jun,2011, não paginado.

24 **A Liberdade**, Rio de Janeiro ano 1, vol.2 out 1879.

25 *Ibidem*, p. 1.

educação que pára o futuro os torne cidadãos prestaveis, obreiros do progresso a que aspira o Brazil ... Mas se o governo ainda que com sacrificio tornasse a lei effectiva, e apurado o numero de ingenuos, creusse colônias agrícolas orfanológicas em que esses menores e outros recebessem educação e ao mesmo tempo fossem instruídos para a lavoura, para as artes e ofícios, que de bênçãos não votarião os próprios esclavocratas de hoje, quando d'aqui a alguns annos, encontrassem núcleos moralizados onde podessem contractar o obreiro, o artista, o trabalhador que conhecesse o valor de seu trabalho? <sup>26</sup>

Ainda sobre a escravidão, já na primeira edição o periódico se coloca contrário. A aqui mantem o posicionamento defendendo, inclusive, a educação de meninos negros.

Na sequencia deste artigo tratará da educação pública brasileira, apresentando a baixa qualidade do ensino e comparando com a educação norte-americana. Critica a instrução primária ao afirmar que esta deve ir além das primeiras letras.

Entendemos que não ô esta a instrucção a que se obrigou o Governo pelo art. da Constituição e que como nos Estados Unidos a instrucção primaria deve abranger mais alguma cousa do que primeiras letras, e teremos oceasião dedesinrolver esta idéa em artigos subsequentes. Por era quanto o que pretendemos ó saber em nome do Povo o que se pretende fazer com esses ! ingênuos, que destino se lhes ha de dar já !<sup>27</sup>

Tanto nesta segunda edição como na primeira o jornal falará da falta de água e criticará o monopólio do comércio, mais uma vez afirmando que agem por conta da ineficiência do governo.

A terceira e última edição do jornal começa não com o editorial, mas com a apresentação dos postos de venda do jornal. São eles: Rua da Lampadosa n.º2; Kiosque de S. João, Largo do Rocio; Rua de S. Clemente; Rua de São Luiz Gonzaga n. 37; Rua do Conde d'Eu, n. 122 E; Kiosque da Estrada de Ferro; Rua da Gloria n. 18; Ponte das Barças, Corte, Praia-Grande e S. Domingos; Kiosque do Largo de S. Francisco.

Na sequencia, o editorial "A Liberdade" traz uma homenagem ao Marques de Herval, que faleceu em 04 de outubro de 1879, dia que circulou a segunda edição.

O segundo artigo, intitulado "A verdade é a liberdade" e assinado por V. Hugo e E. Guinet se coloca como instrumento da verdade. Informam também que não estão a serviço de nenhum partido e sim a serviço dos direitos do povo. A palavra revolução aparece nesta edição, contudo falam de revolução por meio da palavra.

Suspirados nestes princípios, tendo fé só no futuro, encetamos a publicação de nosso modesto jornal, que não sendo instrumento de partido algum, declarou-se defensor dos direitos do povo, rasão pela qual não se ataviando com pennas de pavão nem empregando ramalhetes de rhetorica, usa da linguagem chã e vulgar que mais bem possa serc ómprehendida pelo povo a quem ó destinado. Apesar porém de tão modesto programma, como tem por fim censurar os tartufos e desmandos do poder, não obstante não yísâr senão a revolução racciõnal por meio da palavra, tendo por fim tão somente discutir princípios e jamais personalidades, porque não encherga pessoas, mal funcionários públicos responsáveis por seus actos, aos quaes não injuria por certe e nem procura expor ao ridículo, quando

---

26 Ibidem, p. 2.

27 Ibidem, p. 2.

censura, porque não è jornal caricato, não poude A Liberdade escapar á sanha da perseguição e má vontade de aiguns— anima vilis — que desmascara/ fazendo conhecer ao povo as harpias dos cofres públicos, as sanguessugas que sorvem seu precioso sangue, os parasitas que lhe sugão a seiva<sup>28</sup>.

Além deste uso da palavra revolução, faz referencia aos ideais da Revolução Francesa no editorial intitulado “Xingu”.

Nesta terceira edição eles indicam que poderão não continuar a publicação por falta de recursos. Para tal, se valem de metáforas e apelam para identificação do povo, aquele que eles defendem com o programa, para tentar aumentar suas vendas.

A Liberdade só receia uma cousa, ó não se fazer comprehender do povo e desmerecer sua protecção; desde esse momento, callar-se-ha, porque deficiente de recursos, mirrhar-se-ha como a flor perfumosa da estação ao faltar-lhe o orvalho do céu, como tem acontecido a outros. Não espera porem que lhe falte a aura popular, desde que cumprir seu programma, pois não é de presumir que lhe recuse 40 rs. por folha, aquelle a cuja defesa se dedica com sacrificio.<sup>29</sup>

Não foram encontradas outras edições de tal jornal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura e análise da fonte em questão, o periódico “A Liberdade”, conclui-se que a fala contida neste periódico discute conceitos como democracia, liberalismo, cidadania e república, aí incluindo o debate sobre a participação política e relações de trabalho. O próprio nome do periódico já nos dá essa indicação. Ao longo das 12 páginas disponíveis para leitura são apresentados pelo redator elementos em defesa dos direitos do povo (voto direto, liberdade de comércio, direito à alimentação e água, críticas ao absolutismo, ao imperador, à escravidão e propostas para educação, incluindo aí a formação de meninos negros).

Tal discussão era reverberada em um linguajar erudito, cientificista, com o uso de palavras em latim e se valendo de referências estrangeiras e ao classicismo. Existia uma crítica explícita ao imperador e ao absolutismo. Não encontrei o uso de ditados populares para se referir a o monarca, contudo os adjetivos referentes a ele eram pertencentes ao linguajar popular.

Não se coloca como um periódico revolucionário, mas suas proposições e seu discurso primam pelos direitos populares, distribuição de renda, bem-estar social, participação popular, eleições diretas, a luta contra a escravidão e uma preocupação com o futuro dos negros beneficiados pela lei do ventre livre, chamados pelo jornal de cidadãos.

## REFERÊNCIAS

**A Liberdade**, Rio de Janeiro ano 1, vols.1, 2 e 3 out 1879.

28 **A Liberdade**, Rio de Janeiro ano 1, vol.3 out 1879

29 Ibidem, página 1.

ALONSO, Ângela. “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org). **O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 89.

\_\_\_\_\_. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Discurso e contestação. O movimento reformista da geração de 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 44, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2010, vol.2, p. 688.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891**. Revista Varia hist.vol.27, no.45.Belo Horizonte: Jan./Jun,2011.

\_\_\_\_\_. **A Construção da Ordem**. Teatro das Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. In: **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campos, 2003.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. **O Império Revisitado. Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)**. Tese de doutorado Ciência Política, USP, São Paulo, 2012.

FERRARO, Alceu Ravello. Brasil: liberalismo, café, escola e voto (1878-1881). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol. 26, n. 3, dez. 2010. KOSELLECK, Reinhart. Por uma História dos conceitos. Problemas teóricos e práticos, **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

LE MOS, Renato. A justiça militar e a implantação da ordem republicana no Brasil. **Revista Topoi**, volume 13, n 24, jan –jun de 2012, p 60-72. Consultado em 02 de junho de 2013, p. 70. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi24/TOPOI24\\_2012\\_A04.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi24/TOPOI24_2012_A04.pdf)>.

MARRECA, Pedro Paiva. Contexto linguístico e discurso político: Um diálogo entre Q. Skinner e J. G. A. Pocock. In: BELCHIOR, Luna Halabi; PEREIRA, Luisa Rauter; DA MATA, Sérgio Ricardo (orgs) **Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia**: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTA ROSA, Silmara Dencati. A Crise Imperial e a Perspectiva Republicana: alguns fatores que determinaram o fim do império. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, vol. 1, n. 1, jun. 2014.

SOUZA, Bruno Silva. **Aedos**, Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011.

RESENDE. Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira Republica e o liberalismo oligárquico. In: **O Brasil Republicano. O tempo de liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Volume 1, p. 104

VIOTTI da COSTA, Emília. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**/Emília Viottida Costa. –6. Ed. –São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**DENISE PEREIRA:** Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-283-8

